

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**

GUILHERME FRANKLIN LAUXEN NETO

**GERAÇÃO DE RENDA:
MATEMÁTICAS NESSE CONTEXTO**

São Leopoldo

2015

Guilherme Franklin Lauxen Neto

GERAÇÃO DE RENDA:
MATEMÁTICAS NESSE CONTEXTO

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação Matemática, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação Matemática.

Orientadora: Professora Dra. Josaine de Moura Pinheiro

São Leopoldo
2015

GERAÇÃO DE RENDA: AS MATEMÁTICAS NESSE CONTEXTO

Guilherme Franklin Lauxen Neto¹

Josaine de Moura Pinheiro²

RESUMO

O artigo tem por escopo descrever e analisar enunciações que circulam no meio institucional do GerAção/POA sobre matemática(s) necessária(s) para os usuários serem “protagonistas da própria vida”. Pensando na inclusão e nas necessidades matemáticas que estes sujeitos podem vir a apresentar, questiono se a matemática escolar pode ser uma forma de exclusão e como isso pode ocorrer. O material empírico foi composto por quatro entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da saúde que atuam naquele ambiente. Como suporte teórico, utilizei a perspectiva pós-estruturalista, em especial as teorizações de Foucault desenvolvidas nos estudos de Lopes e Eidelwein, entre outros. O estudo mostrou a necessidade de um ensino de matemática que atendam às demandas originadas nas práticas dos usuários de maneira a possibilitarem uma autonomia social e econômica. A matemática escolar não é adequada para os usuários do GerAção/POA, visto que possui uma linguagem formal distante da utilizada pelos sujeitos desse espaço e se afasta das necessidades demonstradas por eles.

Palavras-chave: Educação, Matemática, Inclusão.

ABSTRACT

This paper aims to describe and analyzes enunciations that have been spread in the institutional setting of GerAção/POA about the kinds of mathematics required for users to be “protagonists of their own lives”. Thinking about inclusion and the mathematical need that those subjects may have, I have questioned whether the school mathematics can be a form of exclusion and how this might occur. The empirical material consisted of four semi-structured interviews with health professionals who work in that place. As a theoretical basis, I have adopted the post-structuralist perspective, particularly Foucault’s theorizations developed in studies carried out by Lopes and Eidelwein, among others. The study has evidenced the need for teaching kinds of mathematics that meet the demands generated from the users’ practices, in order to enable their social and economic autonomy. School mathematics is not suitable for GerAção/POA users as it has a formal language that is distant from the one used by the subjects in that environment and does not meet their needs.

Keywords: Education, Mathematics, Inclusion.

¹Graduado (2012) em Licenciatura em Matemática da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Universidade de Coimbra - PT. Atua como professor de matemática no Colégio Marista Pio XII e Colégio Adventista de Esteio.

²Doutora (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Matemática Aplicada (1998) pelo programa de Pós-Graduação de Matemática Aplicada e Computacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Graduada (1995), em Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Santa Maria. Atua como professora de matemática no Colégio Militar de Porto Alegre e professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

1 INTRODUÇÃO

“A arte de ser louco é jamais cometer a loucura de ser um sujeito normal.”

Raul Seixas

O que consideramos ser um sujeito normal? O que define um sujeito como anormal? Estas indagações/relações são cada vez mais frequentes nos ambientes de aprendizagem, uma vez que os discursos sobre inclusão estão se tornando imperativos na sociedade em que vivemos.

O indivíduo categorizado como normal é aquele que se permite ser assujeitado e, pelas relações de poder, se deixa ser disciplinado, normalizado e “moldado” segundo práticas discursivas e não-discursivas produzidas por uma sociedade que governa e é governada e também produtoras dessa mesma sociedade.

O que faz a norma é justamente mostrar a construção discursiva da anormalidade, que, ao contrário do que se pensa, não enclausura ninguém numa natureza. As noções de “anormais”, “deficientes”, “portadores de necessidades educativas especiais” não são entidades, não são em si ou ontologicamente isso ou aquilo, tampouco são aquilo que poderíamos chamar de desvios naturais a partir de uma essência normal; são identidades construídas nos jogos de linguagem e de poder e assumem os significados que elas têm (LUNARDI-LAZZARIN, 2008, p. 87).

Uma das redes discursivas que produzem o anormal emerge das políticas de inclusão escolar. Estas categorizam indivíduos e assim fazem com que eles, muitas vezes, cheguem aos espaços escolares com um pertencimento a uma categoria já definido, impedindo-o de ser outra “coisa”. Na contemporaneidade, os que se consideram “normais” decidem sobre a vida dos “anormais”, estabelecendo meios e métodos de “correção” para que os “anormais” sejam aproximados o máximo possível da norma “normal”.

As pessoas com deficiência, com síndromes, são historicamente identificadas como páreas sociais em função de um conjunto de igualdades mais ou menos constantes que acabam por definir seu lugar na sociedade: lugar de exclusão (BRASIL, 2005, p.7).

Nessa lógica complexa de inclusão/exclusão é que questiono o papel da Matemática nos ambientes de aprendizagem e nas políticas de inclusão, particularmente, no projeto GerAção/POA. Desenvolvido no município de Porto Alegre, o projeto tem como escopo a inclusão psicossocial pelo trabalho,

direcionando-se a pessoas que possuem um sofrimento psíquico³ grave ou persistente, as quais nesse meio recebem uma denominação específica, a de usuários.

Este estudo teve como molas impulsionadoras inquietações advindas de marcas constituídas por experiências vivenciadas por mim ao participar do projeto Clube das Finanças⁴ no curso Licenciatura em Matemática na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Capturado pelos discursos produzidos pelo projeto Clube das Finanças, desenvolvido em Coimbra, que previa “criar condições para que cada pessoa com deficiência mental (ou em situação de exclusão) possa atingir a sua plenitude como ser humano e social, potencializando a sua individualidade e consolidando a sua participação efetiva na sociedade”⁵ busquei possibilidades de estudo em propostas que mostrassem potência de possuírem uma educação inclusiva, na qual cada sujeito seja respeitado, no Brasil e, mais particularmente, em Porto Alegre. O direito de receber oportunidades de ensino, dentro de suas peculiaridades, deve ser a premissa para qualquer proposta que tenha como foco a inclusão, pois sujeitos da diferença não podem receber o mesmo ensino de sujeitos categorizados como “normais”; em outras palavras, esses sujeitos necessitam receber um ensino adequado às suas demandas.

Neste artigo, procuro descrever e analisar enunciações que circulam no meio institucional do GerAção/POA sobre Matemática(s) necessária(s) para os usuários serem protagonistas da própria vida⁶. Os discursos sobre inclusão de sujeitos que são tomados como “anormais”, na contemporaneidade, e que são público do projeto GerAção/POA, denominados nesse projeto como “usuários”, mediante a capacitação para que sejam “integrados” na sociedade por meio de independência financeira, capturaram-me e impulsionaram este estudo. Aqui, busco escrutinar os materiais das oficinas oferecidas pelo projeto, de maneira a trazer para a visibilidade as matemáticas presentes.

³ Considera-se sofrimento psíquico “um conjunto de mal-estares e dificuldades de conviver com a multiplicidade contraditória de significados, oriundo do antagonismo subjetividade/objetividade. Caracteriza-se por dificuldade de operar planos e por definir o sentido da vida, aliado ao sentimento de impotência e de vazio, o eu experimentado como coisa alheia” (JACKSON e SAMPAIO, 1993: 407 apud SCHENEIDER, 2003, p. 28).

⁴ O projeto tinha por objetivos proporcionar aos jovens com necessidades especiais o conhecimento do dinheiro e da sua gestão e o desenvolvimento das competências sociais mediante a convivência.

⁵ Site: <<http://www.appacdmcoimbra.pt/index.php/content/group/1>>. Acesso em: 10 set. 2015.

⁶ Criar condições para que cada usuário possa viver de forma mais autônoma nos seus afazeres cotidianos, nas suas relações, na sua vida afetiva, social e econômica.

Para empreender o estudo, realizei quatro entrevistas semiestruturadas com membros da equipe de funcionários do GerAção/POA, sendo os sujeitos três terapeutas ocupacionais e uma psicóloga. Esses indivíduos foram escolhidos por terem envolvimento diário com as oficinas desenvolvidas e disponibilidade de participação na pesquisa. As entrevistas constituíram o *corpus* da pesquisa, o qual foi analisado utilizando-se Análise do Discurso, a partir das teorizações de Michel Foucault, segundo as quais os discursos produzidos são analisados buscando-se ler o que está escrito, ou seja, reconhecendo-se o que o sujeito quer dizer, sem a pretensão de interpretar o que está escrito. Portanto, analiso o que está escrito a partir de recorrências dos ditos.

2 REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O projeto GerAção/POA, objeto de meu estudo, é parte integrante da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município de Porto Alegre. Nesta seção, apresento brevemente um histórico e também o funcionamento dessa rede, com o intuito de justificar a importância de projetos como o GerAção/POA no contexto da saúde mental.

A Rede de Atenção Psicossocial foi resultado de uma manifestação social que ocorreu no Brasil desde os anos 70 e que aspirava a condições melhores de cuidados em saúde para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa manifestação foi realizada por profissionais da saúde, usuários, familiares e demais pessoas envolvidas no cuidado em saúde, sendo nomeada de Reforma Sanitária. Um dos seus principais objetivos foi garantir à população brasileira acesso à saúde de forma igualitária e gratuita, como consta no Art. 2º, § 1º da Lei N° 8080 de 1990.

Tendo por referência a Reforma Sanitária, os usuários e profissionais de Saúde Mental propuseram a Reforma Psiquiátrica, a qual buscou pensar em estratégias e serviços para que os manicômios fossem gradativamente extintos. A partir da Reforma Psiquiátrica, foi criada a Rede de Atenção Psicossocial, que possui algumas frentes: os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT); os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento (UAs), e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

No Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), configura-se uma das principais ferramentas das políticas que reestruturam a atenção em saúde mental.

[...] é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida (BRASIL, 2004, p.13).

O CAPS deve articular redes de saúde e de promoção de vida comunitária e autonomia dos usuários e tem por objetivo “oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, p.13).

De acordo com esses objetivos, é construído para cada usuário o Plano Terapêutico Singular, um conjunto de propostas terapêuticas articuladas em discussão coletiva interdisciplinar⁷ que tem por meta a reabilitação psicossocial. Dentre as propostas terapêuticas, destacam-se as oficinas terapêuticas, divididas em duas categorias: oficinas expressivas e oficinas de geração de renda. O objeto deste trabalho são as diferentes oficinas de geração de renda, definidas pelos órgãos governamentais da seguinte forma:

Servem como instrumento de geração de renda através do aprendizado de uma atividade específica, que pode ser igual ou diferente da profissão do usuário. As oficinas geradoras de renda podem ser de: culinária, marcenaria, costura, fotocópias, venda de livros, fabricação de velas, artesanato em geral, cerâmica, bijuterias, brechó, etc. (BRASIL, 2004, p.20).

As oficinas podem ser propostas por qualquer profissional do CAPS de nível médio ou superior e devem promover ações em saúde, trabalho, educação e inclusão.

3. GERAÇÃO/POA

A proposta do projeto consta no Plano Municipal de Saúde de Porto Alegre/1992 e no Relatório da Comissão de Saúde Mental/1993, nos seguintes termos:

⁷ A equipe de um Centro de Atenção Psicossocial é multiprofissional; sendo assim, para desenvolver um bom trabalho, é necessário um diálogo interdisciplinar no desenvolvimento das atividades.

Criação de oficinas para o desenvolvimento de atividades de socialização, profissionalização, de lazer e artísticas, dirigidas aos pacientes encaminhados pelas equipes de saúde e abertas à comunidade em geral, visando a integração do usuário com a comunidade a qual pertence (FERREIRA, 2013, p. 58).

Contudo, historicamente, essas práticas tiveram início no ano de 1996, momento em que o município vivencia o auge da Reforma Psiquiátrica. Em decorrência da Reforma, que prevê a destituição dos manicômios, cria-se a Pensão Vila Nova, com o objetivo de oferecer moradia para os usuários egressos dessas instituições extintas. Nesse contexto, foi constituída a primeira oficina de trabalho, a oficina de cartões, atendendo ao desejo dos usuários e dos profissionais.

Como essa oficina era realizada dentro de um espaço destinado a moradia, logo foi observada a necessidade de buscar outro espaço para a realização de atividades de trabalho. Na época, o local encontrado foi o Centro de Reabilitação Profissional (CRP), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Após cinco anos de funcionamento, em 2001, o GerAção/POA conquistou sua sede própria. Desde então, as oficinas propostas foram disponibilizadas para todos os usuários encaminhados pelos serviços da rede de saúde mental da cidade.

Tendo seu início como oficina de geração de renda, a equipe e os usuários optaram por alterar o nome para GerAção/POA, que significa, segundo consta em documentos, Gerar Ação, pois esse nome carrega a marca e o objetivo do trabalho cotidiano.

Vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, o GerAção/POA caracteriza-se como um projeto que possibilita, a usuários dos CAPS, vivências de trabalho e trocas sociais e solidárias por meio das oficinas terapêuticas, sendo considerado como uma das ações psicossociais que compõem a rede de saúde mental do município de Porto Alegre. Os objetivos do GerAção/POA são divididos em dois eixos: o primeiro é o desenvolvimento de oficinas e grupos que simulam o contexto do trabalho, e o segundo é o desenvolvido pelo Projeto Capacitar, desenvolvido mediante parcerias que buscam a inclusão no mercado formal mediada pelo processo de aprendizagem. O GerAção/POA ainda investe na inclusão social por meio do trabalho, da cultura, da arte, da formação e da educação.

Atualmente, no ano de 2015, o GerAção/POA atende um público de cerca de 180 usuários que estão, em sua maioria, em sofrimento psíquico grave ou persistente e afastados do trabalho.

Quando o usuário é encaminhado ao GerAção/POA, ele passa pelo primeiro atendimento, que é nomeado de acolhimento. Esse acolhimento é realizado por um dos profissionais, que provavelmente se tornará seu técnico⁸ de referência. Após o acolhimento e identificada a necessidade do usuário em permanecer no serviço, é realizado, juntamente com o usuário, seu Plano Terapêutico Singular (PTS). Para a construção do PTS, utilizam-se as informações registradas no acolhimento, história de vida, local de tratamento e situação profissional e econômica, dentre outras.

São realizadas reuniões semanais de todos os profissionais que atendem os usuários (psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistente social e residentes), com o objetivo de suprir as pretensões do projeto terapêutico de cada usuário, propondo-se discussões administrativas do serviço e de apresentação/discussão de casos. Esse momento é descrito pelas entrevistadas como importante para a integração da equipe e para as decisões sobre intervenções a serem realizadas, visto que a equipe é multiprofissional composta por quatro terapeutas ocupacionais, um psicólogo, um assistente social, dois residentes⁹ das Artes da Escola Saúde Pública e dois residentes do Programa de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A equipe de profissionais desenvolve atividades balizadas pelo objetivo de integrar o usuário com a comunidade à qual pertence, mas com foco na inclusão social.

O GerAção/POA desempenha uma função específica dentro da Rede de Atenção Psicossocial, pois, dentre as atividades oferecidas, cabe à geração de renda desenvolver ações para a reinserção do usuário no trabalho formal ou informal. Assim sendo, compõe-se um conjunto de oficinas, em um total de nove, das quais, destaco: Serigrafia, Papel Reciclado, Costura, Velas e Projeto Agenda, que são as relacionadas com geração de renda e trabalho. Em cada uma dessas oficinas, procurei inicialmente conteúdos da Matemática escolar que pudessem ser utilizados para facilitar o trabalho dos usuários e capacitá-los para serem competentes na gerência dos seus recursos financeiros.

⁸ Na literatura, podemos encontrar várias designações para o profissional de referência: "profissional referente", "técnico de referência", "equipe referente". No Manual dos CAPS, elaborado pelo Ministério da Saúde (2004), o técnico de referência é definido como aquele que tem como responsabilidade o monitoramento do usuário, o projeto terapêutico singular, o contato com a família e a avaliação das metas traçadas no projeto.

⁹ A categoria profissional dos residentes varia de instituição de ensino e ano após ano.

As oficinas do GerAção/POA são diversas, de maneira a abarcar o maior número de usuários e de acordo com o interesse e a viabilidade de trazer um retorno financeiro para os sujeitos que necessitam. Trago para visibilidade alguns aspectos que parecem relevantes e conteúdos matemáticos que apareceram em minhas análises, garimpados e descritos a partir de conhecimentos que possuo sobre o tema e das descrições de cada ação. As oficinas são:

a) Serigrafia: os usuários “customizam” vestimentas em geral, bolsas e materiais para eventos. Um exemplo de material produzido nesta oficina pode ser observado na figura 1.

Nessa oficina, a geometria poderia ser útil, pois o usuário precisa localizar o ponto central do objeto a ser “customizado”. Além disso, a exploração de formas geométricas, verificando-se a área e o perímetro de cada uma, ajudaria na estimativa da quantidade de tinta que será utilizada e do valor gasto com o material. Para determinar o preço final do produto, o usuário necessita de cálculos básicos (soma, subtração, multiplicação e divisão) e matemática financeira (porcentagem e conceitos de valor bruto e valor líquido).



Figura 1: Oficina de Serigrafia e Costura
Fonte: <https://www.facebook.com/geracaopoa>

b) Papel reciclado: o papel pode ser produzido a partir de receitas quando há uma encomenda específica ou produzido de forma aleatória. O papel a ser reciclado deve ser escolhido detalhadamente, separado por cor, tipo e impressão; assim se define para qual novo papel ele será empregado. Após a limpeza do papel, os produtos são enviados para picote. O papel picotado é colocado na água e batido no liquidificador até se dissolver por completo e a massa ficar bem pastosa; são adicionadas celulose e tinta para pigmentar o papel. A massa é peneirada em moldes e deixada para secar. Já seco, o papel é prensado. Estes passos podem ser observados na figura 2.



Figura 2: Fonte: http://www.papeloteca.org.br/geracao_poa.htm

Nessa oficina, são produzidos artesanatos, tais como: blocos, pastas, agendas, álbuns, marcadores de páginas, cartões e folhas. Para a produção de agendas e álbuns, os usuários também trabalham com cartonagem.

Na produção de papel, pode-se perceber a utilização dos conceitos de razão e porcentagem, uma vez que são utilizadas receitas, nas quais são empregados os conceitos de unidades de massa e volume.

Na cartonagem, a principal ferramenta utilizada é a régua e, por consequência, as unidades de medida. A geometria é usada no cálculo de áreas e de aproveitamento máximo de papel, bem como no cálculo de sobras e “abas” para a realização da colagem. Um exemplo da necessidade da geometria e um posterior resultado podem ser observados na figura 3.



Figura 3: Fonte: <https://www.facebook.com/geracaopoa>

Na determinação do preço final, são utilizados conceitos de matemática financeira (porcentagem, valor bruto e líquido, lucro). Para a compra de materiais, são necessários a ideia de aproveitamento de papel para evitar desperdício e o planejamento de compra (quanto comprar e preço).

c) Costura: atividade em que os usuários costuram vestuários diversos que são comercializados em feiras e no próprio ambiente do GerAção/POA; também são produzidos artesanatos diversos com a utilização de costura. A oficina tem um caráter sustentável, pois parte dos tecidos é de reaproveitamento, doados por

instituições ou cidadãos parceiros, mas também se utilizam tecidos e materiais de primeira mão, que são doados ou comprados, conforme a demanda da oficina. É possível reconhecer que a geometria, a matemática financeira e a educação financeira são empregadas para a leitura, a representação e a ação sobre a realidade da oficina.

A geometria pode ser reconhecida em processos como: medida de um tecido, reconhecimento das formas geométricas, cálculo de área e de aproveitamento máximo de um tecido, cálculo de sobras e “abas” para a realização da costura, visualização espacial para a adequação do tecido ao corpo (conceitos de altura, largura, silhueta), entre outros que podem não ter sido observados. Os resultados desta oficina podem ser observados na figura 4.

A matemática financeira e a educação financeira podem ser reconhecidas em vários processos: compra de materiais (pesquisa de preço); determinação dos produtos a serem produzidos (pesquisa de mercado); aproveitamento de materiais; cálculo do valor final de um produto (que, segundo relatos, não é um processo elementar, pois se leva em conta que alguns materiais são doados, além de se considerar a mão de obra e pesquisas de mercado para a verificação do preço de produtos similares); controle do caixa; divisão de renda; e destinação de recursos para o caixa reserva para a compra de materiais (os usuários precisam reconhecer a necessidade de um caixa, os valores destinados a este caixa e até mesmo se serão destinados recursos a ele, o que é definido em assembleia de usuários).



Figura 4: Fonte: <https://www.facebook.com/geracaopoa>

d) Velas: nesta oficina, a Matemática pode ser observada principalmente na compra dos materiais necessários para a produção (parafina, pavio, corantes e essências). São também utilizados os conceitos de massa e temperatura, empregando-se unidades de massa e o termômetro para o manuseio da parafina.

A matemática básica (operações - soma, subtração, multiplicação e divisão -, razão e proporção) e a matemática financeira são conhecimentos necessários para determinar o preço final do produto. O usuário também deve ter uma ideia de quanta parafina ($\text{peso} \times \text{volume}$), corante e essência serão utilizadas na produção de velas para evitar o desperdício de material. Para a produção das velas, o usuário deve ter conhecimento de geometria espacial para determinar o formato da vela e o respectivo volume de parafina utilizada. A riqueza destas formas espaciais pode ser observada na figura 5.



Figura 5: Fonte: <https://www.facebook.com/geracaopoa>

e) Projeto Agenda¹⁰: é uma das principais atividades da GerAção/POA, sendo resultado do trabalho coletivo dos usuários-trabalhadores, que se responsabilizam por todas as suas etapas: processo criativo; pesquisa; planejamento; gerenciamento de custos; produção; comercialização e administração da renda.

Nesse projeto, são elaboradas agendas temáticas, tomando-se como referencial o patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre, bem como a preservação do meio ambiente. As pesquisas desenvolvidas ao longo do ano de trabalho possibilitam um novo olhar e circular pela cidade, novas descobertas, novos aprendizados e conhecimentos sobre a cultura da cidade. O projeto é o único que engloba a maioria das oficinas desenvolvidas no GerAção/POA.

¹⁰ Oficina de produção de agendas que depende do trabalho desenvolvido por outras oficinas, por isso recebe o nome de Projeto Agenda; além disso, tem o objetivo específico de levar conhecimento por meio da construção de agendas temáticas, o que requer pesquisa e estudo.

Cada oficina estipula um valor comercial para o seu produto. Por exemplo, a oficina de papel reciclado cobra um valor x pelo papel utilizado na confecção da agenda; a oficina de Oficineiros e Poetas cobra n pelas poesias inseridas na agenda. Além disso, cada oficina recebe um valor, que é definido por uma fórmula criada por um colaborador¹¹ do projeto.

Devem ser considerados ainda no preço final os valores gastos com impressão das páginas.

O Projeto Agenda está completando dez anos em 2015. Há discussões sobre a possibilidade de sua extinção, uma vez que a utilização de agendas é cada vez menos considerada.

Todas as oficinas produzem um capital mensal. Esse dinheiro é gerenciado pelos usuários, que contam com o auxílio dos profissionais para organizar o caixa. Cada oficina possui seu caixa, e todas juntas possuem um caixa geral. O dinheiro é dividido entre usuários de acordo com sua frequência, estabelecendo-se cotas por cada presença; outra parte é destinada a investimento em materiais.

Além das oficinas de trabalho, destacam-se as oficinas GeraBiju (grupo de geração de renda de autogestão), Expressão e Arte e Oficineiros e Poetas (grupo de expressão), Grupos de Comercialização e Geração de Trabalho (grupo e reunião de trabalho mensal) e Projeto Capacitar (refere-se à inclusão no trabalho formal por meio da aprendizagem, sendo realizadas também reuniões mensais com alunos e familiares separadamente).

Todas essas atividades articulam-se entre si em um processo coletivo de trabalho, centrado na experimentação do espaço de trabalho, com sua organização, vínculos e responsabilidades, na lógica da gestão solidária. Os participantes, a partir de laboratórios e oficinas diversas, desenvolvem suas habilidades e têm a possibilidade de tomar consciência do sentido do trabalho e de todas as etapas de desenvolvimento dos produtos. Posteriormente, vivenciam as fases de geração de renda e de comercialização da sua produção. Neste âmbito, acontece a participação nos fóruns, feiras e lojas da economia solidária na cidade, espaços efetivos de inclusão social.

Todas as oficinas são avaliadas quanto à rentabilidade, participação dos usuários e disponibilidade de pessoal para organização das atividades. Sendo assim, algumas oficinas são excluídas ou substituídas, de acordo com o retorno

¹¹ Cônjuge de uma das funcionárias do GerAção/POA, com formação na área de engenharia.

dados pelos usuários em relação à sua rentabilidade e ao interesse que demonstram em participar dessas oficinas. Podemos apontar oficinas já extintas, como as de sachês, culinária, sabonetes, horta, customização de roupas e bijuterias.

4. IN/EXCLUSÃO × MATEMÁTICA ESCOLAR

A escola, pelo seu conservadorismo, está afastando alunos. A educação escolar deve atender à demanda dos alunos, aceitando os seus anseios e respeitando as suas diferenças. A massificação leva à exclusão. Incluir é respeitar as diferenças. (Entrevista com funcionária do GerAção/POA)

No material de análise, busco nos discursos produzidos pelos componentes da equipe técnica do GerAção/POA as possíveis matemáticas que seriam necessárias para os usuários serem protagonistas da própria vida e que se fazem presentes. Além disso, questiono-me sobre como a Matemática poderia ajudar no processo de inclusão por meio da capacitação dos usuários, de maneira a tornarem-se autônomos, gerirem suas escolhas e, conseqüentemente, governarem sua vida.

A inclusão não pode ser entendida apenas como resultado de pressões internacionais, culminando em políticas públicas voltadas a uma educação de qualidade para todos, mais humana e democrática. Ela deve ser vista como resultado de práticas sociais que têm como objetivo conhecer e controlar os sujeitos anormais através de diferentes formas de poder. Ela é uma invenção que objetiva a normalização do indivíduo e da população (EIDELWEIN, 2012, p. 60).

O Ministério da Educação aponta que a proposta de inclusão deveria ser constituída por uma “equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento” (BRASIL, 2005, p. 9). Nesse emaranhado de discursos produzidos nos diversos campos específicos que tratam a inclusão, o professor está rodeado por diagnósticos clínicos, psicológicos e pedagógicos. São diagnósticos que legitimam verdades sobre sujeitos mediante descrições dos comportamentos e das dificuldades de aprendizagem que esses sujeitos possuem no olhar de cada profissional, restringindo e precarizando o papel da escola, que necessita encaminhar os sujeitos para outros serviços. Isso só reforça a individualização do problema e, portanto, pode provocar um processo de exclusão.

A instituição escolar vive no dualismo das práticas de inclusão e exclusão, pois ora estamos incluindo, ora estamos excluindo. Para Pinto (1999), inclusão e exclusão não podem ser pensadas como dois processos distintos, devendo ser

entendidas como “dois momentos diferenciados de um mesmo fenômeno, isto é, do fenômeno da construção, da tecitura do discurso” (PINTO, 1999, p.39). Reconhecendo, portanto, a indissociabilidade destes processos utilizo o termo in/exclusão, sendo que um termo ganha sentido a partir outro.

Alguns discursos sobre inclusão são naturalizados no contexto escolar, estando permeados pelos jogos discursivos de inclusão, que funcionam na perspectiva da in/exclusão escolar. Refiro-me particularmente aos relacionados com as metodologias que propõem a individualização do ensino por meio de planos específicos de aprendizagem para o aluno de inclusão, concepção que tem como justificativa a diferença entre os alunos e o respeito à diversidade. Essa prática pode ser entendida como um processo de exclusão, uma vez que a construção desse currículo paralelo coloca o aluno de inclusão à margem do grupo em questão.

Outro discurso naturalizado é o da inclusão escolar com enfoque na integração social, um contexto de *estar junto* em um mesmo espaço. Fazer parte de um grupo implica compartilhar interesses e aprendizagens; portanto, separar os objetivos de natureza acadêmica e os objetivos sociais pode ser mais uma estratégia perversa de exclusão, visto que não garante condições de aprendizagem aos sujeitos de inclusão, satisfazendo-se apenas com a socialização/integração.

A seguir apresento uma imagem que representa de forma simples alguns lugares que historicamente as políticas de inclusão já percorreram ou ainda percorrem. Cabe ressaltar que a Reforma Psiquiátrica e as políticas de inclusão surgem da necessidade de não promover a política da separação.

Para me abster do dualismo que a relação in/exclusão carrega, utilizarei o termo sujeitos da diferença em substituição ao termo sujeitos da inclusão. O termo sujeito da diferença, norteado por Deleuze, carrega em si o abandono do princípio de igualdade, transformando as diferenças em singularidades com intensidades e consistências que não podem mais ser mensuradas, rompendo com as escalas e gradações classificatórias, hierarquizantes e segregativas. Escapando, portanto, aos padrões preestabelecidos, desorientando os modos de

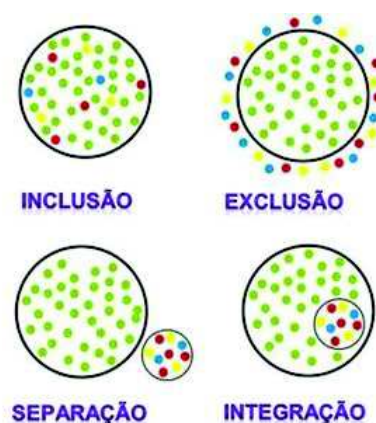


Figura 6: Fonte: <http://www.inclusive.org.br/?p=23982>

existências e os comportamentos instituídos, afirmando a diferença, criando ao invés de representar. A diferença, neste contexto, não é o não-ser do ser.

Entendendo a diferença e pensando na dificuldade de abranger tudo, de ensinar tudo a todos e nos contextos educacionais e estruturais das escolas, resta ao professor tentar mudar o olhar sobre a diferença e flexibilizar o currículo para assim efetivamente garantir ao aluno o processo de inclusão. Nesse contexto, o flexibilizar está direcionado ao currículo, pois neste se pode considerar a formação do grupo de alunos e nele contemplar a diversidade que o compõe.

Com efeito, as políticas de inclusão escolar enfrentam resistência às suas propostas, como da parte dos professores, que por vezes estão despreparados para trabalhar com o sujeito da diferença. Há, ainda, a generalização do sujeito, não se reconhecendo que o diferente é a composição de identidades culturais que o constituem.

A inclusão pode ser entendida como uma prática de governo¹², uma vez que incluir possibilita aproximar o sujeito da escola. Utilizando-se de mecanismos reguladores, a inclusão, ao aproximar o sujeito, controla-o, governa-o e aproxima-o ao máximo da norma.

[...] certas normas são instituídas não só com a finalidade de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, como também de criar e conservar o interesse de cada um em particular para que se mantenha presente em redes sociais e de mercado (LOPES, 2009, p. 109).

Discursos de inclusão e exclusão são postos pelo jogo econômico de um Estado neoliberal, em que é possível apontar duas regras: “manter-se sempre em atividade” e “todos devem ser incluídos”. Nessa lógica, um dos imperativos é: “o currículo torna-se flexível para adaptar os sujeitos às novas exigências”. Exigências que enfatizam as “capacidades que estão ligadas à autocorreção e à autoavaliação” de um sistema que preconiza o consumo desenfreado e “a seleção dos melhores, homogeneizando e, ao mesmo tempo, individualizando os sujeitos ao celebrar as diferenças”. (KLEIN, 2009, p. 157)

Tendo por base essas reflexões sobre inclusão e reconhecendo verdades naturalizadas sobre a Matemática, tais como, a “mãe de todas as ciências”, “a

¹² “O governo é um tipo de poder visto como “ação sobre as ações”, não pertencendo a alguém em particular, mas existindo nas relações entre os sujeitos. [...] a palavra *governo* [...]. Quero referir-me à condução de condutas [...] que consiste em um produto final das relações de poder, ou seja, se há governo, é que outrem se deixou, rendeu-se ou foi levado a ser gerido” (PINHEIRO, 2014, p. 52).

disciplina que está presente em tudo o que vemos”, em outras palavras, discursos que reforçam a posição hegemônica da Matemática, tenciono uma discussão frente à Matemática escolar e à possibilidade de esta assumir um papel de “destaque” na in/exclusão escolar dos sujeitos (usuários) do GerAção/POA.

Essa Matemática considerada universal, inquestionável, neutra e isenta de valores, cujos conteúdos são vistos como independentes, assumindo o status de os únicos corretos, sem relações com o contexto social, cultural e político, “ocupa o lugar das disciplinas que mais reprova o aluno na escola” (SILVEIRA, 2000, p. 1). A justificativa do senso comum para essa “incapacidade” do aluno é que “a Matemática é difícil”. Nesse sentido, a Matemática já é excludente, pois, se assumirmos esses discursos como verdades imutáveis, admitiremos o discurso de que a “Matemática é para poucos” ou de que “quem sabe Matemática é inteligente”.

Considerando que esse status é assumido no contexto escolar e tomando o apontamento feito em uma das entrevistas, de que “a educação escolar deve atender à demanda dos alunos, aceitando os seus anseios e respeitando as suas diferenças”, questiono a possibilidade de trabalharmos com uma Matemática que procura dar visibilidade às matemáticas dos diferentes grupos socioculturais, para os sujeitos que são da diferença.

Com esse olhar, procuro, nos discursos produzidos pelos funcionários do GerAção/POA, matemáticas necessárias para os usuários serem “protagonistas da própria vida”. Isso porque reconheço a possibilidade de uma Matemática cujo currículo possa ser flexibilizado a ponto de reconhecer no sujeito a necessidade/demanda, tomando o cuidado para que não haja a valorização de apenas “um tipo” de conhecimento.

O projeto GerAção/POA constitui-se como um espaço de aprendizagem, integração e inclusão psicossocial por meio de oficinas de trabalho e geração de renda; tomarei esse lugar como o cenário de uma problematização frente aos conteúdos considerados oficiais e os conteúdos considerados relevantes aos usuários nas práticas de inclusão nesse ambiente.

5. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE

A linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais com os estudos discursivos. A linguagem é pensada em sua prática,

atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável (BRASIL, 2011, p. 172).

Ao iniciar os estudos para a realização desta pesquisa, percebi que seria muita pretensão de minha parte almejar a solução de um problema relacionado com a in/exclusão e a Matemática. Em contrapartida, problematizar os discursos produzidos sobre a temática em um ambiente específico pareceu-me um tema relevante e atual.

Essa mudança deve-se aos estudos realizados na área do pós-estruturalismo, que me mostraram a inexistência de “verdades”¹³ absolutas, mas sim de possíveis “verdades”. Essa outra forma de olhar motivou-me a realizar a pesquisa a partir dessa abordagem, elegendo a análise de discurso como metodologia. Portanto, cabe aqui identificar o que entendo sobre discurso, uma vez que utilizo esse termo no artigo e ele foge de seu significado linguístico, se amparado nos estudos de Michel Foucault.

Nesses estudos, discurso é tomado como práticas do sujeito, ou ainda, toda produção de sentido. Não há nenhum tipo de discurso que não seja controlado pelo poder, na medida em que é resultado das relações de poder. Assim, cada palavra de um discurso assume diferentes significados, uma vez que os saberes nos constituem e constituem a forma como compreendemos a realidade. Os discursos são imanentes às práticas de que falam, ou seja, produzem-se mutuamente. Esse entendimento estabelece a possibilidade de construção de “verdades”. Discursos são

[...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam [...] são feitos signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p. 56. Apud PINHEIRO, 2014, p. 41).

Mediante o discurso, o sujeito constitui-se como construtor de uma realidade, modificando-a e sendo modificado por ela.

O sujeito, por sua vez, ao dizer, se significa e significa o próprio mundo. Nessa perspectiva é que consideramos que a linguagem é uma prática. Não

¹³ “A verdade não existe fora do poder ou sem o poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a muitas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira que se sancionam uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2008, p. 12 apud PINHEIRO, 2014, p. 25).

no sentido de realizar atos, mas porque pratica sentidos, ação simbólica que intervém no real. Prática, enfim, a significação no mundo (ORLANDI, 2005, p.44 apud SANTOS, 2008, p.4).

Ao realizar o estudo, sinto-me um recém-nascido academicamente, pois alguns conceitos já naturalizados foram desconstruídos e vêm tomando um novo sentido a cada leitura que realizo. Esses sentidos instáveis fazem com que eu assumo diferentes posições de sujeito, uma vez que também sou o produto dos discursos.

Foucault assume a linguagem como constitutiva do nosso pensamento e, em consequência, do sentido que damos às coisas, à nossa experiência, ao mundo [...] Dado que cada um de nós nasce num mundo que já é de linguagem, num mundo em que os discursos já estão há muito tempo circulando, nós nos tornamos sujeitos derivados desses (VEIGA-NETO, 2005, p. 109-110 apud SANTOS, 2009, p.17).

Em minha pesquisa, continuo problematizando discursos e evidenciando múltiplas identidades constituídas pelo emaranhado de redes discursivas e não-discursivas, tensionadas por jogos de verdade e de poder.

5.1 MATERIAL EMPÍRICO

[...] se as entrevistas não nos revelam as “verdades” que tanto buscamos, o que fazemos com elas? (SILVEIRA, p.134, 2002).

Para dar conta dos objetivos propostos neste artigo, foram realizadas entrevistas abertas, nas quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador.

Visto que a equipe técnica tinha diferentes horários para a realização de uma entrevista oral, foi necessária a realização de uma entrevista escrita, encaminhada por *e-mail* à coordenadora do serviço de saúde, que, por sua vez, a encaminhou aos demais componentes da equipe. Foram entrevistadas três terapeutas ocupacionais e uma psicóloga que compõem a equipe do GerAção/POA. Também foi realizada uma entrevista não-estruturada com a gestora do projeto, com o objetivo de obter uma descrição das oficinas desenvolvidas. A gestora disponibilizou para consulta uma série de documentos e artigos desenvolvidos pela equipe do projeto, além do livro de atas da Oficina Agenda.

O questionário foi encaminhado por *e-mail* no formato de *link* do Google Questionários, contendo nove perguntas. Uma pergunta dava conta da formação

acadêmica do profissional (que é importante, pois ajuda a construir o contexto e as relações de poder que constituem o discurso); sete perguntas estavam relacionadas com a Matemática, a inclusão e também a relação/necessidade do usuário com a Matemática, são elas nomeadamente: Como os usuários gerenciam o dinheiro e a geração de renda?, Existe uma equipe responsável pela formação formal do usuário para coordenar suas finanças?, Os usuários demonstram terem necessidade de aprender uma matemática mais voltada para suas demandas? Como?, A matemática escolar, pelo que conheces, seria um fator de evasão dessas pessoas de inclusão? Por quê?, Algum usuário já lhe procurou para solicitar auxílio em suas finanças? Ou nas finanças de alguma oficina do GerAção/POA?, e ainda, uma última questão possibilitava que o entrevistado contribuísse com algum posicionamento que considerasse relevante e que não estivesse contido nas questões do entrevistador.

A apresentação anterior remete-nos a uma visão mais tradicional de entrevista, que pressupõe a existência do entrevistador (a quem cabe perguntar) e do entrevistado (a quem cabe responder); dentro dessa lógica, o entrevistador tem a preocupação com a obtenção de dados confiáveis e relevantes à sua pesquisa. Como na lógica do pós-estruturalismo eximimo-nos da busca pela verdade única e inquestionável, assumimos que a entrevista deve ser posta sob um olhar analítico, pois em nossas análises devemos fazer emergir das respostas aquilo que não está ainda legitimado. Está aí minha contribuição: fazer emergir essas verdades mutáveis, instáveis, mas neste momento existentes.

Na análise dos dados foram selecionados alguns excertos das entrevistas com as profissionais do GerAção/POA. Estes foram escolhidos, pois melhor representavam os discursos que se mostraram recorrentes nas entrevistas. Cada caixa de texto representa um excerto de diferentes sujeitos.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

Observando a descrição das oficinas, pontuo que os conteúdos matemáticos recorrentes são oriundos da geometria e da matemática financeira. A geometria é utilizada no cálculo de áreas para determinar o aproveitamento máximo do material, o que também pode ser considerado um trabalho de educação financeira. Já a matemática financeira é observada no processo de compra, na determinação dos produtos a serem produzidos, no aproveitamento de materiais, no cálculo do valor

final de um produto, no controle do caixa, na divisão de renda e na destinação de recursos para o caixa reserva para a compra de materiais.

Esses elementos são importantes, uma vez que trabalham a autogestão dos recursos financeiros. A autogestão exige conscientização, disciplina, planejamento e informação; o usuário precisa ter consciência dos gastos e entradas no orçamento.

Excerto 1

Os usuários participam 01 x mês do grupo de comercialização, onde discutem e planejam atividades relacionadas à comercialização de produtos. Neste grupo, também fazem uma contabilidade das vendas de lojas da economia solidária e de feiras onde comercializam. O dinheiro é dividido por oficinas, de acordo com códigos específicos. Geralmente 02 pessoas se envolvem com a contabilidade, no final do grupo. Nas oficinas de trabalho que acontecem 2 x semana, 02 usuários se ocupam da tesouraria. Realizam a divisão da renda 1x mês e de acordo com as presenças. O montante do dinheiro é dividido pelo total das presenças para achar uma cota. Multiplicam a cota pelo número de presenças por pessoa, resultando no valor individual.

Excerto 2

A renda produzida com a venda dos produtos é dividida através de cotas, pelo número de presenças. Os preços dos produtos e o percentual que fica para o caixa da oficina são geridos pelo grupo. Como cada um gerencia a sua renda, não é acompanhado por nós, somente quando nos é solicitado, como pagar o transporte público ou as contas do supermercado.

Os usuários utilizam o conceito de razão no cálculo de sua renda mensal. Buscando no currículo escolar de duas escolas a que tenho acesso, ambas da rede pública, observo que o ensino desse conceito é realizado a partir de problemas de cálculo de quantidade de alunos de uma escola, quantidade de gols de um campeonato, comprimentos de lados de figuras geométricas, etc., o que vai de encontro ao interesse do sujeito que necessita um conhecimento matemático significativo.

Muito provavelmente, os usuários não sabem definir o conceito de razão, mas conseguem aplicar esse conhecimento na prática. No currículo da maioria das escolas, consta o conteúdo de razão no 7º ano do Ensino Fundamental. Porém, o que deveria balizar o ensino de sujeitos da diferença em uma escola é que o aluno deve saber (conteúdo), deve ter competência (saber fazer, aplicar) e deve conviver (ter valores). Essa ideia de saber aplicar e no que aplicar é mencionada por uma das entrevistadas.

Como uma das questões trabalhadas nesse ambiente é a inclusão social, questiono os participantes da pesquisa sobre como reconhecem o processo de in/exclusão escolar.

Excerto 3

Acho que a inclusão escolar tem avançado, mas ainda tem muito para ser feito, pois os métodos de ensino ainda são tradicionais e pouco vinculados à vida.

Excerto 4

Acho que a escola tradicional está defasada com relação aos interesses dos alunos. A impressão que tenho é que não falam a mesma língua. Hoje em dia, os alunos vão obrigados para a escola. A escola, pelo seu conservadorismo, está afastando alunos. A educação escolar deve atender à demanda dos alunos, aceitando os seus anseios e respeitando as suas diferenças. A massificação leva à exclusão. Incluir é respeitar as diferenças.

In/exclusão escolar é um tema que há algum tempo já vem sendo discutido no meio acadêmico. Alguns discursos já estão naturalizados na escola e têm gerado mudanças nas formas de ensinar, porém, como podemos observar na fala dos sujeitos da pesquisa, que trabalham diretamente com sujeitos da diferença, muitas questões ainda precisam ser pensadas, por exemplo: o currículo escolar ainda é tradicional e, por ser tradicional, dificulta a inclusão de alunos que não são “normais” por não estarem na norma imposta por práticas/discursos que governam.

Em um dos excertos, observa-se que a entrevistada relaciona a Matemática com o afastamento dos alunos do ambiente escolar. A profissional já adiantava um dos questionamentos da pesquisa, que tinha a finalidade de verificar como a Matemática é reconhecida pelos profissionais do GerAção/POA no processo de in/exclusão e a possibilidade de ela ocupar uma posição de evasão desses sujeitos da diferença.

Excerto 5

Algumas vezes, acredito que sim, conforme a metodologia que é usada, quando fica distante da realidade e/ou dificulta o entendimento mais prático.

Excerto 6

Apesar de ser uma disciplina em que várias pessoas apresentam dificuldades, pela abstração do conteúdo, avaliamos que esta questão possa ter relação com a forma pedagógica com que este é abordado.

Excerto 7

Uma das questões que nos suscitam esta pesquisa é perceber que nem sempre a matemática ensinada em âmbito escolar deixa visível a sua aplicabilidade na vida cotidiana.

Segundo as entrevistadas, a Matemática pode dificultar o processo de inclusão no ambiente escolar. Analisando os excertos apresentados, podemos observar que é recorrente a problematização das metodologias adotadas no ensino

da Matemática e o distanciamento entre esta e a realidade de um sujeito da diferença.

Atualmente, em nossa sociedade, discursos que legitimam o que deve ser aprendido na escola estão direcionados a ferramentas que ajudem a resolver problemas rapidamente e de maneira eficaz. Conteúdos que parecem ter pouca aplicação passam a ser considerados desnecessários de serem aprendidos frente aos conhecimentos produzidos e aplicados ao nosso dia a dia. Buscar, cada vez mais, minimizar a distância entre a realidade e o conhecimento matemático parece uma maneira de tornar a Matemática mais atraente, o que pode ajudar a minimizar o problema da exclusão pelo não-aprendizado de Matemática na escola.

É necessário pensar sobre qual Matemática deveríamos ensinar na escola para sujeitos da diferença, de forma que ela proporcione inúmeras alternativas que não somente possibilitem aos alunos a abstração de conceitos, mas que os levem a desenvolver o pensamento com criticidade e, ao mesmo tempo, com criatividade. Assim, entende-se que as matemáticas do cotidiano talvez não estejam sendo contempladas no livro didático ou apostila, mas na vivência diária e na necessidade. Cabe ao professor, portanto, a realização de investigações em suas aulas, a fim de promover a curiosidade e incentivar os alunos à descoberta.

A vivência de uma Matemática prática e aplicável gera possibilidade de aprendizado para os usuários do GerAção/POA, mesmo que de forma incipiente. Essa possibilidade de vivência com a Matemática num espaço escolar poderia ser proporcionada se o currículo pudesse ser flexível a mudanças, tornando a Matemática mais próxima do sujeito e com menos probabilidade de ser mais um fator de exclusão.

Para que a Matemática possa tornar-se prática e aplicável, o professor deve estar disposto a reconhecer as necessidades do aluno. Com o intuito de perfilar algumas necessidades dos usuários do projeto, os membros da equipe de profissionais foram indagados sobre como os usuários gerenciam as suas finanças e se estes sentem a necessidade de aprender uma Matemática mais voltada para as suas demandas.

Excerto 8

Em sua vida pessoal, cada um tem uma forma particular de lidar com esta questão. Alguns conseguem ter uma maior organização, enquanto outros encontram dificuldades em lidar com sua renda mensal. Na Geração POA, cada grupo tem seus parâmetros de organização. Porém, em regra geral, cada grupo tem dois participantes, escolhidos pelo grupo em forma de rodízio, para serem os tesoureiros. Nesta tarefa, salientamos que na organização do caixa em forma de entrada (o que é

comercializado) e saída (compra de materiais e divisão da renda entre o grupo) se usa sempre a lógica da matemática que é usada no cotidiano de cada um. Por exemplo: levar o usuário a entender as operações matemáticas através de situações hipotéticas, como pagar o transporte público ou as contas do supermercado.

Não nos parece que esta seja recorrente nas oficinas de trabalho. No entanto, no Projeto Capacitar, inclusão no mercado formal de trabalho é um tópico que aparece em reuniões de grupo e atendimentos individuais. Neste aspecto, observa-se dificuldade em entender os encargos e juros bancários, bem como compras parceladas em lojas.

Excerto 9

Nenhum usuário demonstrou necessidade em aprender, mas eu penso que vários necessitariam saber mais matemática para lidarem melhor com situações. Ex. empréstimos financeiros, juros, fundo de reserva, etc.

Excerto 10

Esta necessidade é percebida pelos terapeutas, mas acredito que não seja reconhecida pela maioria dos usuários. Esta aprendizagem poderia auxiliar no gerenciamento de suas finanças, bem como na produção das oficinas.

Nos trechos “forma particular de lidar com esta questão” e “a lógica matemática que é usada no cotidiano de cada um”, podemos observar que a equipe do GerAção/POA reconhece que os usuários têm um conhecimento prévio de Matemática ou que tiveram que desenvolver algum em particular para conseguir gerir seu dinheiro. Contudo, pontua que os usuários, seja nas oficinas ou em sua vida particular, necessitam da matemática financeira para poder gerir seus recursos e, por conseguinte, adquirir uma independência financeira, a qual facilitará a conquista de sua independência social. Cabe aqui questionar a ênfase que damos a essa temática na escola e também indagar sobre o quanto estamos preparando os nossos alunos para uma vida “funcional”.

Refletindo sobre o processo de inclusão e considerando o atual contexto da sociedade neoliberal, é mais interessante o aluno ter um currículo que realiza a abordagem de uma matemática financeira, de forma a capacitá-lo para viver no universo da economia. Assim como ocorre o processo de reabilitação social no GerAção/POA que visa a incluir novamente os usuários na sociedade, oferecendo oficinas que proporcionam o contexto do trabalho e a gerência de finanças, o currículo escolar poderia ser flexibilizado a tal ponto que permitisse trabalhar a matemática financeira e a educação financeira, utilizando-se de ferramentas pedagógicas de forma a proporcionar momentos de aprendizagem.

Observa-se nos discursos que a equipe reconhece a necessidade de ensinar uma Matemática mais voltada às necessidades dos sujeitos da diferença e entende

que um conhecimento dessa Matemática poderia mudar a forma como os usuários gerenciam o seu dinheiro, tornando-os mais autônomos.

Uma vez que reconheceram a importância de ensinar a Matemática aos usuários, as entrevistadas foram indagadas sobre a existência de um profissional preparado para auxiliar os usuários nas suas finanças e sobre a necessidade de um profissional da área nas oficinas.

Excerto 11

Não. Todos os profissionais do serviço têm como norteadores os princípios da economia solidária. Temos proximidade do Núcleo de Economia Alternativa da UFRGS, que auxilia com questões de mercado que acabam por ter uma aplicação na vida cotidiana. Avaliamos que sim, em situações pontuais do trabalho ou quando houvesse uma demanda pessoal dos usuários.

Excerto 12

Formação formal, não. Existe um suporte dos terapeutas no momento da divisão. Nem todos os usuários necessitam deste suporte. Nas suas finanças individuais, não há interferência sistemática dos terapeutas, exceto em situações especiais. Seria muito interessante e rico contar com um profissional da área nas nossas oficinas e grupos.

A Economia Solidária é compreendida como um trabalho em grupo, cooperativo, que pensa no bem-estar de todos, compra produtos, faz a sua produção e realiza a sua venda somente de acordo com a necessidade de sua economia. O Ministério do Trabalho e Emprego define os princípios da Economia Solidária como “Cooperação, Autogestão, Dimensão Econômica e Solidariedade”. Visto isso, pode-se perceber que as oficinas têm como caráter a autonomia do grupo, portanto, todas as decisões sobre o processo de trabalho das oficinas são realizadas em conjunto e de comum acordo.

Uma das entrevistadas diz que não há equipe específica para coordenar as finanças, pois não há regras para essa gerência, ou seja, em grupo é que se define a gestão do dinheiro. Contudo, apesar de não existir uma equipe especializada que atue no projeto, utilizam-se parceiros que desenvolvem atividades para a aprendizagem do conceito e aplicação nas oficinas. Mesmo assim, quando as entrevistadas são indagadas sobre a necessidade de aprender Matemática, reconhecem a importância de desenvolverem espaços de aprendizagem de Matemática, pois assim os usuários poderiam possuir mais uma ferramenta para sua autogestão, podendo executar o aprendizado também na sua vida pessoal.

Para finalizar, ressaltamos a necessidade de um currículo flexibilizado que contemple a realidade social e financeira, a fim de preparar o usuário para a

sociedade. Um currículo que pense em ações práticas que possibilitem ensinar o usuário a: consumir e a poupar de modo consciente e responsável, tomar decisões autônomas baseadas em mudança de atitude, compreender a linguagem do mundo financeiro, planejar em curto, médio e longo prazos, proporcionar possibilidades de mudança da condição atual. Tudo isso a partir de conhecimento-6s e competências de um ensino prático pautado na educação financeira.

A partir de todas essas reflexões, cabe a cada um de nós pensar a inclusão na perspectiva de grupo (sem individualizar ações), respeitando a diversidade que o compõe. Ressaltando a fala de uma das entrevistadas, “a educação escolar deve atender à demanda dos alunos, aceitando os seus anseios e respeitando as suas diferenças”, podemos pensar na possibilidade de matemáticas cujo currículo possa ser flexibilizado a ponto de reconhecer no sujeito a necessidade/demanda, preparando-o para uma vida mais autônoma.

Destaco que, particularmente para os usuários do GerAção/POA, é importante a Matemática voltada à geometria e à matemática financeira, pois essas são as demandas que minhas análises trouxeram para a visibilidade.

Criando algumas relações entre inclusão, saúde mental e matemática escolar, posso apresentar uma das muitas verdades que poderiam ser legitimadas, a de que a matemática ensinada na escola do jeito que é para alunos de inclusão é mais um obstáculo para eles serem incluídos. O ensino da matemática focando a geometria e a parte financeira e respeitando as peculiaridades que os sujeitos desse projeto possuem poderia ser olhado como mais uma estratégia para que os usuários possam construir sua trajetória de inclusão pelo projeto GerAção/POA.

REFERÊNCIAS

- APPACDM, Coimbra. Missão e visão. Disponível em: <<http://www.appacdmcoimbra.pt/index.php/content/group/1>>. Acesso em: 10 set. 2015.
- BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *Linguagem-Estudos e Pesquisas, Catalão-GO*, vol. 15, n. 1, p. 171-182 jan./jun. 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. Documento subsidiário à política de inclusão Brasília, 2005.
- _____. Ministério da Saúde. A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo. Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/construcao_do_SUS_2006.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- _____, Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf> Acesso em: 06 jun. 2015.
- _____, Ministério do Trabalho e Emprego. O que é Economia Solidária? Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 27 jul. 15
- EIDELWEIN, Monica Pagel. O jogo discursivo da inclusão: práticas avaliativas de in/exclusão na Matemática Escolar. Tese de Doutorado, PPGEDU/UFRGS, 2012.
- FERREIRA, Carmen Vera Passos; ORTIZ, Jussara Nunes; BARFKNECHT, Kátia S.; SENNA, Leila Botelho. GerAção POA oficina saúde e trabalho: gerando ação em Porto Alegre. In: LEITE, Loiva dos Santos, SCARPARO, Helena, Miriam Dias; DOS SANTOS, Sara Jane Escouto (Orgs.). *Saúde Mental ConVida: Registro da Trajetória da Saúde Mental na Cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: SMS, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins fontes, 1999.
- GALLICCHIO, Gisele. Simulacro e inclusão social. Disponível em: <<http://25reuniao.anped.org.br/texced25.htm>>. Acesso em: 09 out. 2015.
- GARCIA, Wladimir. Teorias da diferença e a pesquisa em Educação. *PONTO DE VISTA, Florianópolis*, n. 9, p. 11-24, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/viewFile/20421/18653>> Acesso em: 09 out. 2015.
- KLEIN, Rejane Ramos. Reprovação escolar: prática que governa. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). *Inclusão escolar: Conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- KNIJNIK, Gelsa. Currículo, cultura e saberes na educação matemática de jovens e adultos: um estudo sobre a matemática oral camponesa. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/12_34_20_CURRICULO,_CULTURA_E_SABERES_NA_EDUCACAO_MATEMATICA_DE_JOVEN.pdf> Acesso em: 21 jul. 2015.
- LOPES, Maura Corcini. Inclusão: A invenção dos alunos na Escola. In: RECHICO, Cinara Franco; FORTES, Vanessa Gadelha. *A educação e a inclusão na contemporaneidade*. Boa vista: Editora da UFRR, 2008.

- _____, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). Inclusão escolar: Conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Das fragilidades e das Possibilidades de Transitar na Fronteira da Inclusão / Exclusão: A produção da Diferença no Discurso curricular. In: RECHICO, Cinara Franco; FORTES, Vanessa Gadelha. A educação e a inclusão na contemporaneidade. Boa vista: Editora da UFRR, 2008.
- PACHECO, Milena Leal. Saúde mental e economia solidária: trabalho como dispositivo de autonomia, rede social e inclusão. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura– UnB. Brasília, 2013.
- PINHEIRO, Josaine de Moura. Estudantes forjados nas arcadas do colégio Militar de Porto Alegre (CMPA): “Novos talentos” da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UNISINOS, São Leopoldo, 2014.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. In Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, V1, n1. Jul/Dez, 1999. (V.24, n.2, p. 33-56, Jul/Dez, 1999)
- SANTOS, Maria Luiza Cotia. Análise do discurso da introdução dos PCN’s de língua estrangeira moderna. I Colóquio de Linguística, Discurso e Identidade. Ilhéus-BA. 2008. Disponível em: <<http://www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/marialuizacotia.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2015.
- SANTOS, Suelen Assunção. Experiências narradas no ciberespaço: um olhar para as formas de se pensar e ser professora que ensina matemática. Dissertação de Mestrado, PPGEDU/UFRGS, 2009.
- SCHNEIDER, Jacó Fernando, et al. Indicadores do sofrimento psíquico na zona urbana do município de Cascavel, estado do Paraná. Acta Scientiarum. Health Sciences Maringá, v. 25, no. 1, p. 27-33, 2003
- SILVEIRA, Marisa Rosâni Abreu da. A interpretação da matemática na escola, no dizer dos alunos: ressonâncias do sentido de "dificuldade". III Seminário Pesquisa em Educação Região Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2000/Ensino_e_curriculo/Mesa_Rondada_-_Trabalho/10_09_23_2M1501.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: Costa, Marisa V (Org.) Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.